

**Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Terras de Bouro,
realizada em 12 de Janeiro de 2022**

Aos doze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e dois, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de sessões da Câmara Municipal, compareceram os seguintes elementos que constituem o Executivo Municipal para o Quadriénio de dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e cinco: - O Presidente da Câmara Municipal, Manuel João Sampaio Tibo e os vereadores, Adelino da Silva Cunha, Isménia Maria Gomes Loureiro e António Manuel da Cunha Martins -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião pelas dez horas. ----

Por determinação do senhor Presidente secretariou esta reunião o senhor Avelino José Antunes Soares, adjunto da presidência. -----

Feita a leitura da ata da reunião do Executivo do dia vinte e nove de dezembro, o senhor Presidente pô-la à consideração dos senhores vereadores.-----

Tendo-lhes perguntado se havia alguma correcção ou alteração a fazer à mesma, foi respondido que não.-----

Posta então esta ata à votação foi aprovada por **unanimidade**.-----

Seguidamente e antes da “Ordem do Dia”, o senhor Presidente deu conhecimento aos senhores vereadores das operações orçamentais e das decisões tomadas ao abrigo da delegação de competências da Câmara Municipal.-----

Continuando, desejou aos senhores vereadores um Bom Ano de dois mil e vinte e dois.-

Os senhores vereadores agradeceram ao senhor Presidente retribuindo os votos formulados.-----

Depois, o senhor Presidente propôs aos senhores vereadores que fossem lavrados três votos de pesar referentes ao falecimento dos senhores:- Dr. Francisco José Torres de Sampaio, que foi presidente da Região de Turismo do Alto Minho, à qual pertenceu o nosso Município, o senhor Dr. João Lobo que foi Presidente da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Cávado e o senhor Arlindo Augusto Xavier Correia, da empresa ArlindoCorreia&filhos (ACF) que teve uma estreita cooperação com a nossa Câmara Municipal, seja nas relações contratuais e de investimentos, seja nos contributos para a solidariedade.-----

Esta proposta recebeu a anuência dos senhores vereadores.-----

Prosseguindo, o senhor Presidente informou os senhores vereadores das atividades e iniciativas ocorridas e a decorrer no Município, e em concreto disse:-----

- Que estão a decorrer reuniões com os senhores presidentes das juntas de freguesia para, em conjunto, ser feita uma avaliação sobre uma pré-proposta do PDM (Plano Diretor Municipal) que está em processo de revisão, proposta esta que foi apresentada pela empresa PLANUM, a quem foi adjudicado esse trabalho, sendo que, este processo terá que estar concluído até 31 (trinta e um) de março.-----

- Que desde o dia 6 (seis) de janeiro estão abertos dois centros de testagem ao COVID19, localizando-se um no edifício dos Bombeiros Voluntários de Terras de Bouro e outro na Junta de Freguesia de Rio Caldo.-----

A abertura destes centros só foi possível, graças ao acolhimento encontrado com a Gerência da Farmácia de Lomar, Braga, dado que a nível concelhio, as diligências feitas nesse sentido, não obtiveram resultados.-----

A testagem dirige-se à população em geral, sendo de destacar as IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social), funcionários de Parque Nacional etc.-----

Até ao momento, já foram realizados mais de 210 (duzentos e dez) testes, havendo a registar cerca de 150 (cento e cinquenta) casos positivos.-----

- Relativamente às eleições, que tudo está preparado, seja para o dia 23 (vinte e três), seja para o dia 30 (trinta) de janeiro, havendo a registar que, tanto em Rio Caldo, como em Vilar da Veiga, em vez das duas mesas de voto que sempre existiram, passa a haver só uma.-----

- O senhor Presidente manifestou o seu desapontamento, relativamente a essa decisão, dada a situação de pandemia que vivemos.-----

- O primeiro ponto da ordem de trabalhos propõe a atualização dos preços que estão a ser pagos pela atracagem de embarcações de recreio no Centro Náutico de Rio Caldo. Assim, o aumento proposto é de 200,00 (duzentos) Euros, passando os 620,00 (seiscentos e vinte) Euros anuais para 820,00 (oitocentos e vinte) Euros e os 500,00 (quinhentos) Euros, semestrais para 700,00 (setecentos) Euros.-----

As 11 (onze) embarcações que são amarradas nos topos dos pontões de ancoragem, terão uma redução de 15% (quinze por cento) no valor anual e de 10% (dez por cento) no valor semestral, dado terem um lugar de qualidade inferior aos demais.-----

- A tabela de taxas está a ser atualizada tendo por referencial a inflação que, em média, em 2021 (dois mil e vinte e um) foi confirmada pelo INE (Instituto Nacional de Estatística) em 1,3%. Esta atualização só poderá ser executada em outubro do ano corrente.-----

- No quadro da transferência de competências para as Câmaras Municipais houve uma reunião com o senhor Diretor do Instituto Distrital de Segurança Social de Braga para preparar a transição da Ação Social, irá ocorrer uma outra com a Educação em 31 de janeiro e com a Saúde ainda não há agendamento de reunião. Estas três áreas, de acordo com a legislação, terão os processos de transferência concluídos até 31 de março de 2022.-----

- A Saúde Pública questionou se havia possibilidades de responder à testagem para escolas e outras situações, tendo sido respondido que sim.-----

- Que já foi executada a ação de demolição das partes do edifício que estavam a oferecer ruína, edifício este situado na Travessa do Ramalhão, Vila do Gerês e que o proprietário confinante, senhor Horácio Loureiro, já vinha a reclamar há muito tempo, dada a perigosidade que tal situação representava, seja para a sua habitação, seja para a via pública.-----

Depois desta última informação, o senhor Presidente perguntou ao senhor Vice-Presidente Dr. Adelino Cunha se queria usar da palavra e expor com mais detalhe sobre o processo que levou à ação anteriormente aludida.-----

O senhor Vice-Presidente tomou então a palavra tendo esclarecido que “sobre a questão da demolição há um processo antigo, do tempo do Presidente Cracel. Havia duas casas em perigo de derrocada e o senhor Horácio Loureiro veio pedir a intervenção da Proteção Civil, no tempo do Dr. Joaquim Cracel, tendo sido feita uma demolição que não teve a abrangência suficiente para debelar o perigo.-----

Como a casa pertencia a vários herdeiros não era possível notifica-los a todos, por falta de elementos de identificação suficientes.-----

Foi então pedido ao Tribunal de Vieira do Minho a identificação de todos os herdeiros que acabaram por se notificados. Dez herdeiros não responderam e só foi possível contactar uma senhora que estava no Lar.-----

Acabou por ser a Câmara a executar a demolição, tendo contratado esse serviço a uma empresa por sete mil Euros. Posteriormente será feita a imputação da despesa aos herdeiros, o que, mais uma vez se antevê que não vai ser fácil.-----

Este processo, por parte da Proteção Civil, chegou ao fim, tendo sido devidamente organizado de acordo com os trâmites da Lei.”-----

Depois destas informações, do senhor Vice-Presidente, o senhor Presidente perguntou aos senhores vereadores se queriam usar da palavra, sobre este ou outros assuntos.-----

Foi respondido que não.-----

Sendo dez horas e quarenta e cinco minutos e não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Câmara Municipal deu por encerrada esta reunião da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei. -----